

AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA E A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DOS ALUNOS EGRESSOS CURSO TÉCNICO EM QUÍMICA DO IFSUDESTEMG-campus BARBACENA.

Elisabeth do Carmo Mendes Casagrande* (PQ), Francelino Alves Henriques (PQ)
mendescasagrande@uol.com.br

Ifsudestemg-campus Barbacena

Palavras-chave: curso técnico pós-médio, educação profissional, inserção profissional.

RESUMO

Pretendemos com essa investigação contribuir com o debate a respeito dos cursos técnicos de nível médio apresentando uma retrospectiva histórica sobre a Educação Profissional no Brasil e um estudo da legislação no decorrer do tempo histórico. O presente trabalho foi realizado a partir de um estudo de caso com abordagem quali/quantitativa. Os sujeitos da investigação foram os egressos do Curso Técnico em Química (CTQ) Pós-médio do IF SUDESTE MG - *Campus Barbacena*. Os resultados mostraram que 70% estão inseridos na área profissional ou em áreas correlatas. Concluímos que a situação profissional dos egressos foi considerada satisfatória na medida em que a maioria se declarou empregada na área. Um número considerado buscou o ensino superior, sugerindo que o ensino técnico serviu de trampolim entre o ensino médio e o ensino superior, indicando a importância do curso técnico em química na obtenção do emprego e assim na busca de uma mobilidade social.

INTRODUÇÃO

A Educação Profissional no Brasil, como responsabilidade do Estado iniciou-se em 1909, portanto, uma educação centenária. Com o objetivo de entender como a educação profissional foi construída, procuramos mostrar o seu desenvolvimento desde o seu início até os dias atuais. Para sintetizar esse processo, buscamos embasamento teórico nos estudos de diversos autores, como: Cunha (2000), Aranha (1977), Romanelli (2007), Manfredi (2002), Kuenzer (1999) entre outros. Buscamos fazer também uma análise respaldada em documentos legais que ampararam a educação profissional ao longo do tempo e um maior aprofundamento na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional N^o9394/96, na qual a educação profissional passa a ter um capítulo específico, mediante a análise dos decretos no 2208/94 e seu sucessor o no 5154/04, que vieram regulamentar a referida lei.

Para um melhor entendimento em relação à educação profissional nos dias atuais julgamos imperioso percorrer de forma sucinta, sua trajetória histórica no país, apresentando a seguir uma evolução do processo no qual a educação, voltada para um ofício, culminou para o que a legislação atual denomina de educação profissional técnica.

No momento da chegada dos portugueses ao Brasil, podemos afirmar que “suas práticas educativas, em geral, e o preparo para o trabalho se fundiam com as práticas cotidianas de socialização e de convivência, no interior das tribos, com os

adultos” (Manfredi, 2002, p. 66). Eram práticas que passavam dos anciãos para os moços, onde os mesmos observavam, repetiam e aprendiam.

Nos dois primeiros séculos de colonização portuguesa a base da economia era a indústria açucareira, onde predominava a mão de obra escrava na produção e organização do trabalho. Segundo Cunha (2000, p.32) a herança deixada pelo trabalho escravo em nosso país contagia a divisão do trabalho e a hierarquia social de status e salários, onde a qualificação profissional era no e para o trabalho.

Os primeiros núcleos de formação profissional, também conhecidos por “escolas-oficinas” foram os colégios dos jesuítas. Neles os padres se dedicavam ao trabalho religioso, enquanto que os irmãos-oficiais¹ ensinavam os ofícios em geral.

De acordo com Manfredi (2002, p. 71), com o emprego de mão de obra escrava para execução de atividades artesanais e de manufaturas, acabou-se criando a representação de que todo trabalho que exigisse esforço físico e manual era “trabalho inferior”, mentalidade esta que até os dias atuais ainda mostra resquícios.

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, mudou a posição de colônia para se tornar a sede do Reino. Disso derivaram transformações econômicas e sociais culminando numa necessidade de mão-de-obra especializada. Segundo Amaral e Oliveira, (2007), a educação profissional iniciou-se em 1809, com a criação do Colégio das Fábricas no Rio de Janeiro, cujo objetivo era capacitar órfãos portugueses em diferentes ofícios.

Apesar de muitos esforços empreendidos anteriormente, foi somente em 1909, no governo de Nilo Peçanha, que a formação profissional como responsabilidade do Estado iniciou-se no Brasil. Foram criadas 19 escolas de artes e ofícios nas diferentes unidades da federação, precursoras das escolas técnicas federais e estaduais.

Para Kuenzer (1999, p.122) “estas escolas, antes de pretender atender às demandas de um desenvolvimento industrial praticamente inexistente, obedeciam a uma finalidade moral de repressão: educar, pelo trabalho, os órfãos, pobres e desvalidos da sorte, retirando-os da rua. Assim, na primeira vez que aparece a formação profissional como política pública, ela o faz na perspectiva mobilizadora da formação do caráter pelo trabalho”.

A partir de 1930, após um período de estagnação no ensino profissional, as transformações político- econômicas do Brasil geram mudanças nesse contexto, onde “retratando a sociedade, o sistema educacional brasileiro fora, até então um sistema acentuadamente dualista: de um lado, o ensino primário, vinculado às escolas profissionais, para os pobres, e, de outro, para os ricos, o ensino secundário articulado ao ensino superior, para o qual preparava o ingresso” (Romanelli, 2007, p. 67).

No ano de 1930, foi criado pelo Governo Provisório, o Ministério da Educação e Saúde e indicado como ministro o Sr Francisco Campos, que logo propôs ações destinadas à área da educação. Essas ações efetivaram-se através de uma série de decretos, chamada “Reforma Francisco Campos”.

Em Romanelli (2007, p.139) temos a afirmação: “A reforma da educação levada a cabo por Francisco Campos criou um verdadeiro ponto de estrangulamento no ensino médio, para todo o sistema educacional. Os cursos profissionais (a reforma só cuidou do ensino comercial) não tinham nenhuma articulação com o ensino secundário e não davam acesso ao ensino superior”.

¹ empregados no desempenho das mais variadas tarefas, em apoio aos jesuítas, tais como tarefas domésticas (cozinheiros, despenseiros, roupeiros, porteiros), nas tarefas religiosas (sacristãos) e nos ofícios mecânicos (alfaiates, sapateiros, pedreiros, ferreiros, enfermeiros, etc. (Cunha, 2000, p.32 cito in Manfredi, 2002).

Na década de 30, surgiu um movimento renovador, cuja campanha em torno da escola pública visava, antes de tudo, à concretização de um dos princípios máximos do movimento: o do direito de todos à educação. Dentro dessa premissa surge o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, publicado em 1932 e elaborado por Fernando Azevedo e assinado por 26 educadores brasileiros. Para Romanelli (2007, p.149), quando o manifesto proclama a educação como um direito individual, assegurado a todos e de ser dever do Estado assegurá-la, trata a educação como um problema social, significando um avanço para a época, lembrando que a sociologia aplicada à educação era uma ciência nova.

Podemos compreender com base em Romanelli, que o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” de 1932, constituiu-se no principal marco de lutas em defesa da escola pública, laica e gratuita no Brasil.

Com o golpe de Estado, por Getúlio Vargas, que instituiu o Estado Novo, as escolas técnicas-secundárias foram praticamente desfeitas, revertendo o sistema à situação anterior de separação entre o ensino primário-profissional e o secundário-superior, situação esta que foi ainda mais reforçada pelas “leis orgânicas”² (1942/46).

Um dos elementos destacados da arquitetura educacional da Era Vargas foi a criação das escolas técnicas, não no sentido profissional, mas sim, no sentido de instituições que ministravam um ensino destinado à formação de técnicos, ou seja, de profissionais de nível médio para a indústria, agricultura, comércio e serviços.

Paralelamente ao sistema de ensino público, foram criados sistemas de ensino privados, como o SENAI (1942) e o SENAC (1946), os quais integravam os chamados Sistema S³, para atender a demandas bem definidas decorrentes da divisão social e técnica do trabalho organizado e gerido pelo paradigma taylorista-fordista⁴, como resposta ao crescente desenvolvimento industrial que passou a exigir mão-de-obra qualificada. (Kuenzer, 1999, p.124). A autora completa que é deste período a criação das escolas técnicas, a partir das escolas de artes e ofícios, criadas em 1909.

²As leis orgânicas são também conhecidas como reforma Capanema, em homenagem ao então ministro da educação Gustavo Capanema.

³O sistema S é um conjunto de entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem em comum seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Ele abrange o setor industrial através do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e do SESI (Serviço Social da Indústria), o comércio pelo SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e SESC (Serviço Social do Comércio), o setor agrícola pelo SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Agrícola) e o de transportes pelo SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem de Transportes) e SEST (Serviço Social em Transportes), abriga também o SEBRAE (Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa) e o SESCOOP (Serviço Social das Cooperativas de Prestação de Serviços). (MANFREDI, 2002)

⁴O norte americano Frederick Taylor, no início do século XX, elaborou uma teoria conhecida como taylorismo, onde estabelece um “controle científico”, por meio de medição por cronômetros, a fim de tornar o processo de produção fabril cada vez mais simples e rápido.

A reforma Capanema, iniciada em 1942, como já foi assinalado, vigorou até a aprovação da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961. Segundo Kuenzer (1999, p.124), esta realidade sofreu significativa alteração em 1961, com a promulgação da Lei 4.024/61, a partir de mudanças ocorridas no mundo do trabalho, onde o ensino profissional passou a ser equiparado ao ensino acadêmico.

Apesar dessa equiparação entre ensino propedêutico e ensino profissional, continuava a existir uma diferenciação entre os diferentes ramos de ensino, a qual lança probabilidades escolares diferenciadas para os ricos e os pobres. Enquanto a educação profissional continuava sendo vista como responsável pela qualificação dos trabalhadores, persistia a diferença entre educação para o trabalho e educação propedêutica.

Com a mesma intenção de aumentar a produtividade, ainda no século XX, Henry Ford, introduziu a esteira da “linha de montagem” e o processo de padronização da produção em série na sua fábrica de automóveis. O parcelamento das tarefas reduz a atividade de cada um a gestos mínimos, o que aumenta a produção de modo incrível, mas também transforma o trabalho em pequenas porções, impedindo o operário a ter acesso ao produto como um todo. Portanto no modelo taylorismo-fordismo fica nítido a separação entre a concepção e a execução do trabalho, isto é, entre o projeto e sua realização, entre o pensar e o fazer. (ARANHA, 1977).

Em 1964 ocorreu o golpe militar e a partir desse ano os técnicos da USAID participaram diretamente na reorganização do sistema de ensino brasileiro, juntamente com vários grupos de especialistas brasileiros, resultando nos acordos MEC/USAID⁵.

Segundo Kuenzer (1991), a Lei 5.692/71 pretendeu romper com a dualidade do ensino, substituindo os antigos ramos propedêuticos e profissionalizantes por um sistema único, por onde todos passam independentemente de sua origem de classe, cuja finalidade é a qualificação para o trabalho através da habilitação profissional conferida pela escola.

Ainda segundo a autora, a Lei 5.692/71, pretendeu substituir a equivalência pelo estabelecimento da profissionalização compulsória no ensino médio: desta forma todos teriam uma única trajetória.

A euforia do “tempo do milagre” apontava para o ingresso do Brasil no bloco do Primeiro Mundo, através do crescimento acentuado da economia; a expectativa do desenvolvimento industrial com suas cadeias produtivas levava a antever significativa demanda por força de trabalho qualificada, notadamente no nível técnico. É importante lembrar que a esta finalidade se agrega a necessidade de conter as demandas dos estudantes secundaristas ao ensino superior, que havia marcado fortemente a organização estudantil no final da década de 60 (Kuenzer, 1999, p.125).

⁵Convênios assinados entre o MEC e a AID (Agency for International Development), para assistência técnica e cooperação financeira à organização do sistema educacional brasileiro.[...] a necessidade de se adotarem, em definitivo, as medidas para se adequar o sistema educacional ao modelo do desenvolvimento econômico que então se intensificava no Brasil. Romanelli, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 196.

Apenas algum tempo após sua implantação verificou-se que a referida lei não reduziu a corrida à universidade; as escolas profissionalizantes, ao exigirem investimentos além de suas possibilidades, degradaram o ensino público. Os alunos não saíam preparados no ensino geral, para disputarem vagas nas universidades públicas e nem no ensino profissional, assim sendo, o mercado de trabalho pouco absorveu essa massa profissional despreparada. As consequências da generalização da profissionalização foram o empobrecimento da formação básica e a proliferação da “indústria” dos cursinhos preparatórios para os exames de ingresso aos cursos de nível superior.

Em 1975, o Parecer 76/75 do Conselho Federal de Educação (CFE) redefiniu a profissionalização, apresentando-se o sistema de ensino na forma de habilitações básicas ou do técnico pleno.

Essas considerações levaram à Lei 7.044/82, que “altera dispositivos da lei 5.692/71, referentes à profissionalização do ensino de 2º grau”, como pode ser verificado em seu artigo 4º § 2º -” A preparação para o trabalho, no ensino de 2º grau, poderá ensejar habilitação profissional, a critério do estabelecimento de ensino”.

Esta estrutura educacional ficou em vigência, no Brasil, até 1996, quando é promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9.394/96).

O projeto oficial de reforma dos ensinos médio e técnico propõe modernizar o ensino médio e o ensino profissional brasileiro de maneira que acompanhem o avanço tecnológico e atendam às demandas de mercado, que exige flexibilidade, qualidade e produtividade. Na concepção proposta, o ensino médio terá uma única trajetória, articulando conhecimentos e competências para a cidadania e para o trabalho sem ser profissionalizante. “A Educação Profissional, de caráter complementar, conduzirá ao permanente desenvolvimento das aptidões para a vida produtiva e destinar-se-á a alunos e egressos do ensino fundamental, médio e superior, bem como ao trabalhador em geral, jovem e adulto, independentemente da escolaridade alcançada” (Manfredi, 2002, p. 129).

O governo federal foi agente promotor de uma histórica expansão do ensino técnico. Entre 1909 e 2002, o Brasil criou um total de 140 escolas. Até 2010 foram criadas novas 214, agora agrupadas em 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (PDE-2007). Destes, cinco institutos foram implantados no Estado de Minas Gerais.

Os institutos têm forte inserção na área de pesquisa e extensão para estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estender o benefício à comunidade. “Estamos oferecendo ao país um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica, aproveitando o potencial da rede existente. Os institutos responderão de forma mais ágil e eficaz às demandas crescentes por formação de recursos humanos, difusão de conhecimentos científicos e suporte aos arranjos produtivos locais”, disse Eliezer Pacheco, secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. (Noticiário Interativo, 2009, p.01). Afirma também que “o país entra em uma nova era da educação profissional. Os institutos revolucionaram a estrutura e a proposta político-pedagógica da educação profissional e tecnológica” (p.01).

METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa de campo e a técnica escolhida foi o estudo de caso com abordagem qualitativo-quantitativa, sob orientação teórico-metodológica de Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi (2005). Segundo as autoras, a pesquisa de campo é utilizada com o objetivo de

conseguir informações e/ou conhecimentos sobre um problema. Optamos por esta técnica por ela permitir um estudo detalhado da realidade em questão.

O ambiente geográfico que serviu de cenário para esta investigação foi o Núcleo de Química do IF SUDESTE MG – *campus* Barbacena.

Os sujeitos da investigação foram os egressos do Curso Técnico em Química (CTQ) Pós-médio do IF SUDESTE MG - *campus* Barbacena, que ingressaram nos anos de 2007 e 2008. A ausência de alunos formados na modalidade integrada fez com que a mesma não fosse utilizada como parte integrante do universo da pesquisa.

Foram enviados questionários via e-mail para 40 alunos das turmas 2007 e 2008. Os sujeitos que se dispuseram a participar da pesquisa (18 alunos da turma de 2007 e 10 alunos da turma de 2008) foram cientificados de seus objetivos através de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tiveram a liberdade de envolver-se ou não.

Inicialmente fizemos o levantamento bibliográfico como requer uma pesquisa de campo, segundo Lakatos (2005), com o propósito de se investigar a relação educação-trabalho dentro de uma Educação Profissional amparada pela legislação atual (Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008) e a documentação de implantação dos IFs, discorrendo sobre a História da Educação Profissional no Brasil.

Posteriormente, com o objetivo central focado em aclarar sob vários aspectos a trajetória de inserção profissional dos egressos do CTQ Pós-médio, a partir dos problemas levantados, estabelecemos como caminho investigatório a identificação pessoal e familiar, a trajetória pessoal e profissional, bem como a formação profissional técnica.

A fase inicial deste segundo momento da pesquisa se constituiu na localização dos egressos. Foram enviados e-mails a todos os egressos convidando-os a participar do estudo em questão. Àqueles que não retornaram decidiu-se pelo contato telefônico (fixo/celular) buscando falar diretamente com os pesquisados, para esclarecer mais detalhes sobre a pesquisa, inclusive ressaltando a importância de sua participação. Esta etapa teve início no dia 07 de agosto de 2010 e prolongou-se até o dia 30 de setembro de 2010.

Antes de começar a coleta de dados, fizemos um levantamento prévio, aplicando um pré-teste numa pequena população de alunos com perfil semelhante ao público alvo da pesquisa, com o objetivo de evidenciar possíveis falhas, inconsistência ou complexidade das questões formuladas. Verificadas algumas falhas, reformulamos o questionário, conservando, ampliando e eliminando alguns itens.

Ao final do pré-teste iniciamos a segunda etapa em outubro de 2010. Assim definido, aos 40 alunos egressos, foram enviados questionários por e-mail e os mesmos foram devolvidos respondidos, utilizando o mesmo meio de recebimento. Enquanto instrumento de pesquisa, como salienta Lakatos, “os questionários economizam tempo, viagens e obtêm grande número de dados, além de atingir maior número de pessoas simultaneamente” (2005, p.203).

Vale ressaltar que em função da facilidade no preenchimento dos questionários e sua devolução, sendo feito por via eletrônica, o retorno atingiu um índice além das expectativas de 70%, o que garantiu por si só a legitimidade da investigação, visto que segundo Lakatos (2005) os mesmos costumam alcançar 25% de devolução, sendo esta uma desvantagem enumerada pelo autor. Assim sendo, 40 alunos correspondem a nossa população inicial e 28 alunos a nossa amostra pesquisada, representando 70% dos egressos.

Na tabela 01, está distribuída essa porcentagem final, relacionando os egressos participantes da pesquisa, de cada turma, com o total de interessados inscritos para a seleção ao CTQ.

Tabela 01 – Relação entre o total de inscritos no exame de seleção e os egressos de cada turma.

ANO	CANDIDATOS	VAGAS	RELAÇÃO CANDIDATOS/VAGA	EGRESSOS	EGRESSOS PARTICIPANTES
2007	99	30	3,3	24	18
2008	123	30	4,1	16	10

Fonte: Secretaria Escolar do IF- Campus Barbacena e FAPE- outubro de 2010

Os dados quantitativos foram tratados estatisticamente, através de percentuais e apresentados na forma de gráficos e tabelas criados com o uso do software Microsoft Excel.

Os dados qualitativos foram tratados de forma interpretativa, buscando captar a visão dos sujeitos da investigação com relação ao tema relativo à inserção dos egressos no mercado de trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente investigação teve como cenário o *Campus Barbacena* do IF SUDESTE MG e representa um esforço primário no sentido de conscientizar-se sobre a importância da criação de um elo permanente de comunicação com os alunos egressos dos cursos técnicos em química pós-médio, objetivo desta pesquisa e posteriormente do integrado, onde não se encontram atualmente turmas formadas, não apresentando, portanto, sujeitos para a pesquisa.

Sem o conhecimento do caminho profissional percorrido por esses egressos, torna-se difícil saber como esses cursos estão conseguindo introduzi-los no mercado de trabalho.

Dos egressos participantes da pesquisa verificou-se uma predominância do sexo feminino (61%), enquanto que 37% eram do sexo masculino. Embora não seja este o objeto desta pesquisa, vale ressaltar que os dados demonstraram o interesse do contingente feminino neste mundo do trabalho técnico, mostrando que as mulheres aparecem em cursos que no passado eram predominantemente masculinos.

Da tabulação dos dados levantados referente à escolarização dos pais dos alunos egressos do CTQ Pós-médio, confirmamos que a maior proporção de jovens que buscam o curso técnico são filhos de indivíduos que apresentam curso fundamental incompleto ou completo, como podemos ver no gráfico 01. Esta leitura inicial indica que, raramente jovens com pais de escolaridade situada no ensino superior, em especial pós-graduados, optam pelo ensino técnico.

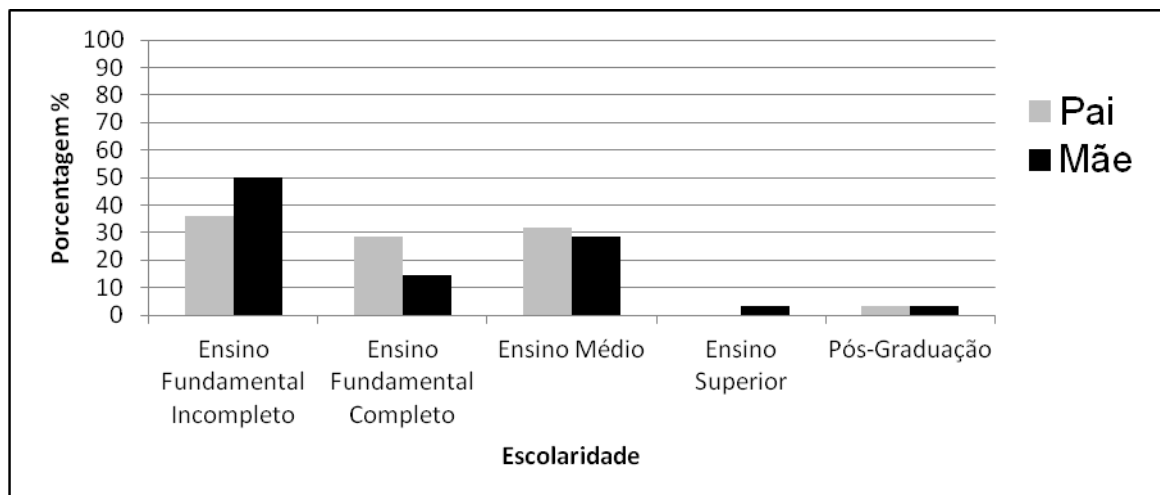


Gráfico 01 - Distribuição dos egressos por escolaridade dos pais.

De acordo com as respostas obtidas com o questionário, pudemos constatar que 71% dos egressos apresentam renda familiar entre 1 e 3 salários mínimos, e não encontramos nenhuma família de egresso com renda superior a dez salários mínimos⁶.

Através dos dados obtidos com o objetivo de identificar os egressos do CTQ-modalidade subsequente, foi possível constatar que em sua grande maioria são estudantes oriundos de famílias que pertencem ao extrato social e econômico de médio a baixo, pertencentes à classe média baixa brasileira⁷ indicando a importância do curso técnico em Química pós-médio na obtenção do emprego e assim na busca de uma mobilidade social.

A partir desses levantamentos cabe-nos salientar Kuenzer (1988 citada por Oliveira, 2000b, p. 9) que afirma:

A verdadeira democracia se estabelece pela possibilidade dos alunos, sejam eles oriundos de quaisquer classes sociais desfrutarem de uma escola que articule igualmente o conhecimento prático e teórico, possibilitando, assim, no futuro, aos setores populares, disporem de conhecimentos diversos que lhes permitam exercer, em melhores condições intelectuais, a sua cidadania.

Procuramos investigar a trajetória pessoal desses egressos buscando a informação se os egressos procuraram a verticalidade do ensino. Verificamos que 96,5% dos egressos eram oriundos de escola pública, confirmando a constatação mencionada pela pesquisadora de que a maioria dos egressos é de origem humilde, mas buscando através do ensino técnico uma ascensão social, 57% dos pesquisados buscaram o ensino superior, conforme mostra o gráfico:

⁶ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelaram A partir de 2010, o novo valor do Salário Mínimo no Brasil é de R\$ 510,00. ...www.salariominimo.net/salario/ibge/ acesso em 28/12/2010.

⁷ [...] temos 25% de pessoas na classe D também conhecida como classe média baixa[...] Mas segundo dados do IBGE, as Classes Sociais são divididas conforme a renda total familiar, também utilizando como base a renda total familiar de uma família de 4 pessoas, conforme a tabela abaixo: Classe A: Acima de R\$ 15.300,00; Classe B: de R\$ 7.650,00 até R\$ 15.300,00; Classe C: de R\$ 3.060,00 até R\$ 7.650,00 Classe D: de R\$ 1.020,00 até R\$ 3.060,00 e Classe E: Até R\$ 1.020,00. <http://www.logisticadescomplicada.com/o-brasil-suas-classes-sociais-e-a-implicacao-na-economia/> acesso em 03/01/2011.

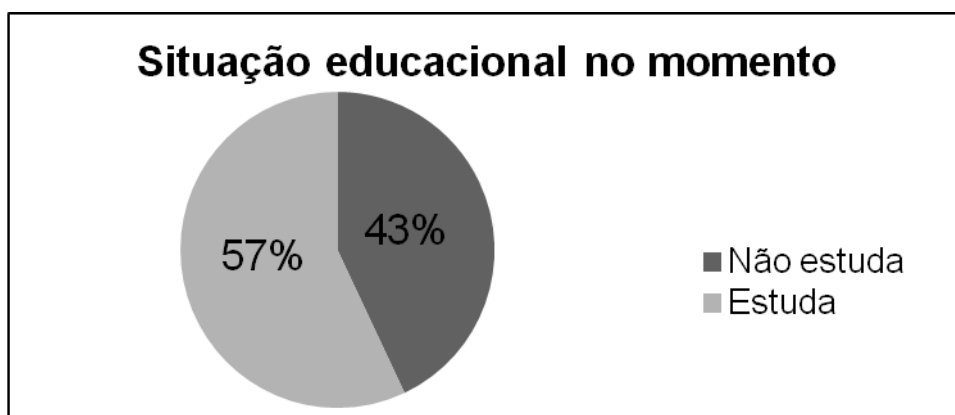


Gráfico 02: Distribuição dos egressos que buscaram a verticalidade do ensino.

Esses dados vêm ao encontro do relatado neste estudo, onde a formação técnica historicamente tem se destinado à parcela da sociedade menos favorecida, a qual, como se sabe, está presente nas escolas públicas.

O fato de ser elevado o número de egressos provenientes da escola pública sugere a hipótese de que os que procuram o ensino técnico é aquela parcela da população que tem dificuldade de um ingresso imediato no ensino superior, após a conclusão do ensino médio.

Vale ressaltar que na revisão dos questionários, constatamos que dos 57% que deram continuidade aos seus estudos, 50% buscaram a verticalidade em áreas correlatas à Química, como por exemplo, buscando cursos de bacharelado e de licenciatura em Química e ainda um egresso fazendo o Curso em Farmácia Generalista. Com estes dados podemos nos antecipar e inferir que para esses sujeitos, o CTQ Pós-médio serviu de trampolim entre o ensino médio e o ensino superior.

Finalmente, chegamos ao objetivo principal dessa investigação, que é verificar como o mercado de trabalho está recebendo esta quantidade de técnicos em Química formados pelo IF SUDESTE MG- *Campus Barbacena*.

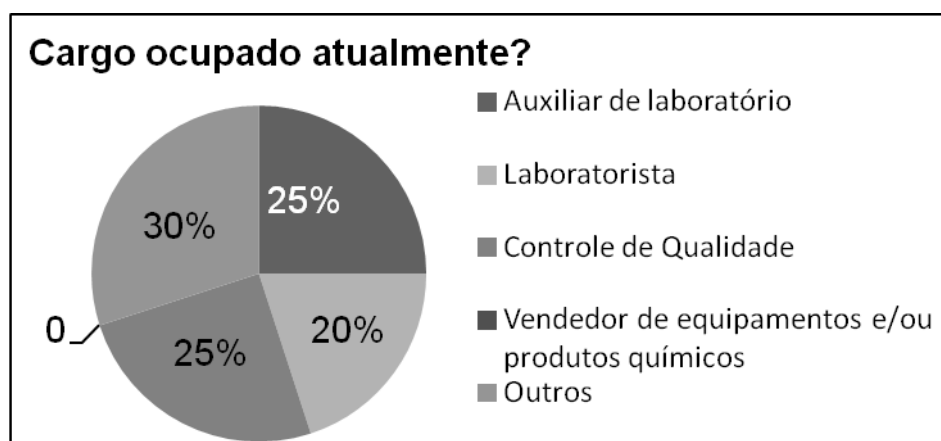


Gráfico 03: Distribuição dos cargos ocupados pelos egressos

Podemos perceber de acordo com o gráfico 03 que 25% ocupam o cargo de auxiliar de laboratório, 20% de laboratorista, 25% de controle de qualidade, perfazendo um total de 70% com ocupação em área da Química ou correlata, sendo que apenas

30% dos egressos não ocupam cargos relacionados com o curso, confirmando os dados acima de 70% estarem trabalhando na área ou em áreas correlatas.

O Curso Técnico em Química do IF SUDESTE MG - *Campus Barbacena*, de nível pós-médio, tem sua organização curricular e pedagógica orientada para a formação de um profissional generalista, com competências e habilidades na área de Química que o habilitam a detectar e resolver problemas que se coloquem na realização de operações em sua área de atuação; tanto no controle e operação de processos industriais de base química, quanto no controle químico de qualidade de matérias-primas, reagentes, e produtos, respeitando normas técnicas de qualidade e segurança (PPC-2007).

Procuramos investigar através desta questão se o CTQ foi o responsável pela admissão dos egressos no mercado de trabalho ou se já trabalhavam na área e estavam em busca apenas da titulação de Técnico em Química e pudemos constatar através do gráfico 04 que 35% realiza esta função há menos de 1 ano, 35% realiza de 1 a 3 anos, confirmando a importância do curso na contratação da função realizada e 30% realiza a função há mais de 4 anos, portanto estes sim vieram buscar o curso para a obtenção do título e progressão profissional.

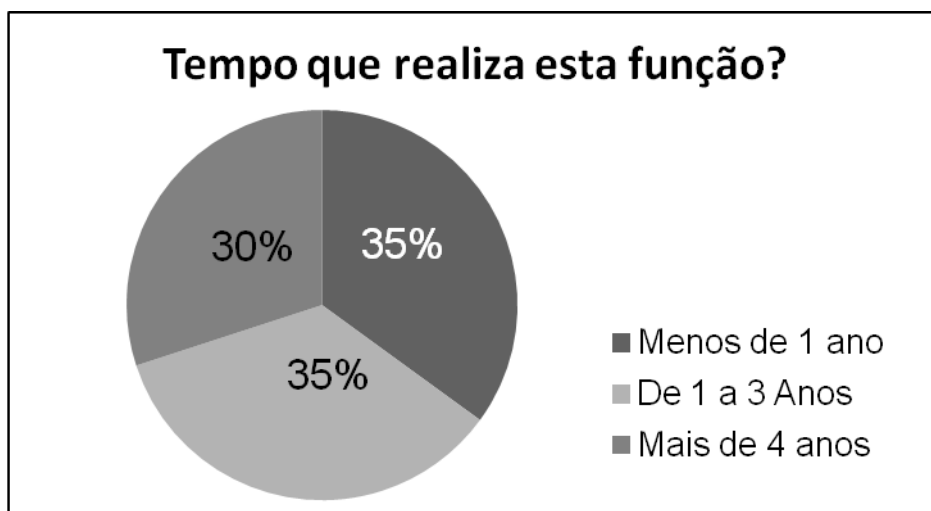


Gráfico 04: Distribuição do tempo em que os egressos exercem a função.

CONCLUSÃO

Tomar ciência da história da educação profissional no Brasil é condição necessária para se poder ajuizar com mais propriedade as políticas públicas brasileiras. A educação profissional sempre foi influenciada pelas características e necessidades impostas pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado em nosso país. No período recente, a expansão da educação profissional, foi gerida a fim de atender às demandas geradas pelo crescimento econômico.

Nesse contexto de política educacional, foi criado o Curso Técnico em Química Pós-médio do IF SUDESTE MG – *Campus Barbacena*.

Ficou evidente nessa investigação que os jovens que procuram a educação profissional na modalidade subsequente, buscam obter uma profissão. Constatamos também que a sua grande maioria são oriundos de escola pública e de famílias pertencentes à classe média baixa brasileira, indicando a importância do curso técnico

em química pós-médio na obtenção do emprego e assim na busca de uma mobilidade social.

Verificamos que, quanto ao gênero, há um predomínio do sexo feminino, demonstrando o interesse do contingente feminino neste mundo do trabalho técnico, mostrando que as mulheres aparecem em cursos que no passado eram predominantemente masculinos. Um número considerável de egressos buscou o ensino superior na área, confirmando a hipótese de que para esses sujeitos o CTQ Pós-médio serviu de trampolim entre o ensino médio e o ensino superior.

Esses dados vieram de encontro ao relatado neste estudo, onde a formação técnica historicamente tem se destinado à parcela da sociedade menos favorecida, a qual, como sabemos, está presente nas escolas públicas. O fato de ser elevado o número de egressos provenientes da escola pública sugerimos a hipótese de que os que procuram o ensino técnico é aquela parcela da população que tem dificuldade de um ingresso imediato no ensino superior, após a conclusão do ensino médio.

Nesse sentido, a situação profissional dos egressos foi considerada satisfatória à medida que a maioria se declarou empregada na área ou em áreas correlatas, atendendo à meta do Curso Técnico em Química Pós-médio que tem por objetivo habilitar profissionais que atuem tanto em laboratórios químicos e plantas industriais, controlando a qualidade de produtos e de processos, desenvolvendo e aperfeiçoando produtos químicos, quanto no setor de prestação de serviços (Brasil, PPC-2007).

Isto posto, concluímos que os egressos têm efetivado e atingido o principal objetivo dessa investigação, e portanto reafirmamos que é positiva a situação da inserção profissional.

Desejamos que o ensino técnico em Química do IFSUDESTEMG- *campus* Barbacena supere a dicotomia teoria/prática, educação para a cidadania/educação para o trabalho, educação para o pobre/educação para o rico, pensar/fazer, enfim, todo o antagonismo que leva à discriminação entre os seres humanos.

Para finalizar, não devemos deixar de lembrar que o compromisso da educação é com a construção da cidadania e que consideramos a educação-modelo aquela que permite a construção da liberdade, do saber, da cidadania, da superação das relações autoritárias, aquela enfim capaz de superar os obstáculos educacionais, que para Bachelard (1996) são períodos de estagnação ou regressão, promovendo mudanças paradigmáticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, C. T. de; OLIVEIRA, M. A. M. **Educação profissional: um percurso histórico, até a criação e desenvolvimento dos cursos superiores de tecnologia.** In: Fidalgo, F. ; Fidalgo, N. L. ; Oliveira, M. A. M. (orgs.). *Educação Profissional e a lógica das competências.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 167-206.

ARANHA, M. L. A. **Trabalhar para quê? In: Trabalho em Debate/** Márcia Kupstas (org.) – São Paulo: Editora Moderna, 1977 – (Coleção Polêmica). Série Debate na Escola.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996- 2ª reimpressão.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), 2007.** Disponível em www.mec.gov.br. Acesso em: 29 mar. 2010.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata.** São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: Flacso, 2000.

KUENZER, A. Z. **Educação e trabalho no Brasil: o estado em questão.** 2 ed. Brasília: INEP, 1991.

_____. **A reforma do ensino técnico no Brasil e suas conseqüências.** In: Ferreti, Celso João; Silva Júnior, João dos Reis; Oliveira, Maria Rita N. Sales (Org.). *Transformação, formação e currículo: para onde vai a escola?* p. 121-139. São Paulo: Xamã, 1999.

LAKATOS, E. M. M.; ANDRADE, M. de. **Fundamentos de Metodologia Científica.** Ed. 6. São Paulo: Atlas, 2005.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

NOTICIÁRIO INTERATIVO. **Os Institutos Federais.** Jornal- edição extra do IF SUDESTE MG – *Campus Barbacena*, 2009.

PACHECO, E. **Os ifets e o projeto nacional.** Artigo, p. 1-5. http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/artigos_ifets. Acesso em: 10 out. 2010.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.